



# Paradigmas Interpretativos Para Compreensão e Análise da História da Educação e da Política Educacional no Brasil: Um Balanço Necessário

Francisco das Chagas de Loiola Sousa  
Universidade Federal de Campina Grande

## Resumo

O artigo identifica quatro paradigmas de compreensão e análise da História da Educação e da Política Educacional em nosso País que se tornaram muito recorrentes ao longo do século XX. Construídos com base em modelos de pesquisa e ensino desenvolvidos por professores das áreas de História da Educação e da Política Educacional, vinculados, em geral, às produções científicas das universidades brasileiras, esses paradigmas coexistem no atual cenário educacional brasileiro numa escala escolar que vai dos cursos de graduação aos de pós-graduação.

Palavras-chave: Paradigmas de Pesquisa, História da Educação, Política Educacional

## Abstract

The article identifies four paradigms of understanding and analysis of the History of Education and Educational Politics in our Country that became recurrent throughout the 20<sup>th</sup> century. Built on the basis of research models and on education developed by professors of history education and educational politics field, tied in general to scientific productions of Brazilian universities. These paradigms coexist in the current scene of Brazilian Education in a pertaining school scale that goes from university courses to post-graduate courses.

Keywords: Paradigms of Research, History of Education, Educational Politics



## Introdução

Podemos identificar quatro paradigmas e/ou princípios de compreensão e análise da História da Educação e da Política Educacional em nosso País que se tornaram muito recorrentes ao longo do século XX: o princípio cronológico linear, a linha político-administrativa, e as investigações que articulam o olhar local e nacional e o olhar dos sujeitos sobre os programas educacionais. Esses paradigmas foram construídos com base em modelos e/ou padrões de pesquisa e ensino desenvolvidos por professores (as) das áreas de História da Educação e da Política Educacional, vinculados, em geral, às produções científicas das universidades brasileiras. Produzidos e situados em contextos e épocas distintas, tais paradigmas/princípios coexistem no atual cenário educacional brasileiro numa escala escolar, que vai dos cursos de graduação aos de pós-graduação.

A primeira parte do texto discute o princípio cronológico linear, a linha político-administrativa de pesquisa, as perspectivas de investigação que articulam olhar local e nacional e, finalmente, o estilo que privilegia o olhar dos sujeitos sobre a política educacional em situações reais, em que é aplicada uma leitura para além do que diz a lei no papel. A segunda parte se detém no enfoque de investigação que tenta conciliar múltiplas fontes de pesquisa associadas a metodologias qualitativas e quantitativas, que visam produzir conhecimentos diferentes e sob novas perspectivas.

### 1. Primeira parte

A construção do princípio cronológico linear desenvolvido, primeiramente, por historiadores, teve forte influência dos cânones positivistas, os quais acreditavam ser os documentos oficiais os únicos que deveriam merecer a confiança e/ou a credibilidade do pesquisador. Nesta perspectiva, este princípio “apenas reproduz o critério de ordenação do arquivo daqueles documentos oficiais reunidos pelos intelectuais do século XIX” (CAVALCANTE, 2000, p. 23).

O modo como os arquivistas selecionavam e organizavam os documentos determinou, sobremaneira, a produção de um conhecimento que tem como fonte privilegiada os documentos oficiais arquivados. Para tanto, contribuíram significativamente os primeiros pesquisadores do Instituto



Histórico e Geográfico Brasileiro, pioneiros na tradição de narrativas históricas que seguiam “as pegadas do colonizador,” que reuniam um acervo documental cujas fontes se voltavam, quase que exclusivamente, para as ações de governos e eclesiásticos. O livro História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen, publicado em 1854, é uma obra de referência deste viés investigativo. Esta obra, no Brasil, “ [...] passou a ser consulta obrigatória para muitos outros pesquisadores que lhe sucederam” (CAVALCANTE, 2000, p. 23).

O Instituto Histórico, fundado em 1838, é considerado por Carlos Guilherme Mota, o principal representante de uma historiografia das elites oligárquicas brasileiras, que se preocupavam em valorizar “os feitos dos heróis da raça branca” (MOTA, 1990, p. 28). Ou seja, rastreavam -se a memória “do colonizador que, por sua vez, estava a registrar a si próprio, seus próprios feitos, conquistas e riquezas acumuladas” (CAVALCANTE, 2000, p. 24).

Tal paradigma se caracteriza também pelo modo linear de tratar os processos educativos, com base em períodos da história política do País. O exemplo clássico, pode ser verificado no tripé Colônia, Império e República, cuja produção difundida, especialmente, no ensino fundamental e médio, ainda hoje conserva esse estilo de narrativa e perpetua um roteiro de estudo que privilegia os acontecimentos e *datas históricas*, que enaltecem a elite brasileira.

A linha político-administrativa de pesquisa se constituiu num paradigma de pesquisa e de ensino bem próximo do princípio cronológico linear. Ela teve como principal referência das suas abordagens, as reformas educacionais implementadas em cada período administrativo da nossa história política governamental. Tais reformas eram, portanto, os pontos de partida e de chegada para qualquer análise da política educacional e da construção da história da educação brasileira.

O modelo de análise e interpretação da política educacional e da história da educação no Brasil, em pauta, constrói-se a partir da produção acadêmica dos reformadores e legisladores educacionais, especialmente, os que atuaram em setores das instituições governamentais na primeira metade do século XX, como, por exemplo, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Vicente Licínio Cardoso. Estes educadores influenciaram os nossos historiadores da educação com as suas produções acadêmicas. Suas obras passaram a servir de referência na posteridade aos iniciantes neste campo de pesquisa:



Ocupando postos-chave na execução de políticas públicas, os mesmos produziram documentos que funcionam até hoje como fontes primordiais utilizadas pelos historiadores da educação, obcecados pela linha político-administrativa de pesquisa no campo em que atuam, até porque eles próprios, os que se ocupam da história da educação, são oriundos de áreas profissionais as mais diversas e integram os quadros burocráticos da administração pública (CAVALCANTE, 2000, p. 36).

Nesta perspectiva, os reformadores educacionais alcançaram notoriedade e reconhecimento como os que iniciaram os caminhos “investigativos” no campo educacional, tornando-se “especialistas” em história da educação. As abordagens temáticas por eles enfocadas evidenciaram que a história da política educacional do País se definiu, basicamente, a partir das políticas elaboradas para o sistema de ensino brasileiro em determinado período da nossa história social. Tais períodos, demarcados por administradores públicos que ensejavam “apagar” da nossa memória os feitos e/ou obras realizadas por seus antecessores (LOPES, 2001) eram tomados como limite temporal para as investigações e produções da historiografia da educação brasileira. Ao estabelecerem as administrações públicas como marco de tempo-espço de seus estudos, os pesquisadores se prendiam aos contornos de uma gestão administrativa com ênfase na lógica governamental, que, muitas vezes, os impediam de ampliar a leitura do fenômeno educativo no plano da totalidade.

Desse modo, esse estilo analítico parte da concepção de que a legislação aprovada em uma determinada administração, bem como os feitos governamentais, permitiam compreender a totalidade dos fenômenos educativos. Com forte influência sobre os pesquisadores do século XX, o paradigma político-administrativo ainda hoje faz seus seguidores.

Tanto o princípio cronológico-linear como a linha de pesquisa político-administrativa conduzem um olhar sobre a história da educação e a política educacional com base em documentos que traduzem, quase que exclusivamente, a visão do administrador e/ou do colonizador. Além disso, tais análises limitam a possibilidade de se compreender os fenômenos educativos sob abordagens diversas, uma vez que seguem, quase sempre, uma cronologia previamente estabelecida pelas fontes (documentos governamentais) de pesquisa.

De um modo geral, observamos que há um estreito vínculo entre o “pesquisador” e o administrador das políticas públicas educacionais. À princípio, parece ser bastante aceitável e recomendável que o pesquisador *da área de políticas educacionais também tenha tido experiências na administração pública para elaborar conclusões, supostamente, mais consistentes, com base em evidências empíricas nascidas desse envolvimento com a ação de planejamento educacional.*<sup>1</sup>

Contudo, essa intimidade com os dados e um “olhar de dentro do sistema” tende a empobrecer a leitura acerca das políticas educacionais no Brasil, uma vez que, com freqüência tem-se dado maior relevância aos conteúdos relacionados às despesas e receitas orçamentárias do Estado, em suas diversas instâncias político-administrativas, sem que haja interpretação e análise mais ampla sobre as informações “pesquisadas.” Os trabalhos acadêmicos, dessa forma, convertem-se em relatórios e diagnósticos de administradores públicos, como, por exemplo, o trabalho de Glaura Vasques de Miranda (1999) – Experiência de gestão na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – que necessitou de um diálogo com os estudos históricos, filosóficos e sociológicos, capazes de confrontar a visão, quase sempre laudatória, do administrador.

*Grosso modo*, esses paradigmas trazem em si um hábito herdado da tradição positivista, a qual procura insistentemente restringir o número de fontes de pesquisa, não sem contestar o uso de documentos não oficiais. Do mesmo modo, recomenda ao pesquisador não correr o risco de perder o controle sobre as informações recolhidas e nem produzir interpretações em que sua opinião poderia confundir e/ou comprometer os resultados da pesquisa (HAGUETTE, 1992).

A partir da década de 1990, em especial, ganharam maior visibilidade social novas metodologias de pesquisa. Dentre elas emergiram novas investigações no campo da história da educação que se propuseram fazer uma articulação entre o olhar local e o nacional, com base na insatisfação em relação aos balanços “nacionais” e ao uso de fontes de pesquisa de caráter secundário, que cristalizaram, por sua vez, explicações e análises, cujos conteúdos ficam, por décadas, sendo repetido, sem qualquer questionamento capaz de substituí-los.

A crescente complexidade do nosso sistema de ensino público, fruto da expansão das oportunidades educacionais na segunda metade do século



XX, tem impossibilitado e/ou dificultado a (re)constituição dos fenômenos educativos em sua dimensão mais ampla. A hipertrofia da escola, concebida como ampliação da escolarização, tanto vertical, quanto horizontal (SAVIANI, 1994), tem exigido um redimensionamento das investigações dos processos educativos, à medida que o ingresso das camadas populares na instituição escolar traz consigo problemas oriundos da própria condição de vida dessa faixa da população.

Um exemplo disso está relacionado ao fato de que o “grande público presente na escola tenta conciliar as atividades escolares com a luta diária pela sobrevivência e que é filho de pais que nunca tiveram acesso à escola” (SOUSA, 2002, p. 22). O interior do aparato escolar, neste sentido, passou a ser visto como espaço social que merece maior atenção dos pesquisadores em educação, de modo que se estuda hoje problemas educacionais os mais diversos, como, por exemplo, sobre a merenda escolar, o “impacto” do Programa Bolsa Escola na assiduidade e aprendizagem dos alunos, o rendimento de aprendizagem na escola pública, dentre outros.

A emergência desses novos problemas, inerentes à missão social da escola, contribuiu para a democratização do acesso à cultura letrada e propiciou uma maior ou crescente igualdade de condições de acesso à totalidade dos bens produzidos pela sociedade, sejam eles materiais ou não, conduziu as pesquisas acerca das políticas educacionais para uma perspectiva mais local, sem perder de vista as diretrizes que orientam as ações educativas no plano nacional.

As orientações teóricas e metodológicas, desse modo, foram (re)organizadas com base em recortes geográficos e político-administrativos que compreendem as diferentes regiões do País, assim como, em diversos recortes temáticos, que chegam a questões cada vez mais específicas no interior do amplo espectro de nossa problemática educacional.

O volume de estudos, não só referentes à política educacional, aumentou significativamente na última década com os recortes municipal-territorial (o estudo sobre uma instituição escolar, por exemplo), estadual-territorial (pesquisa sobre um município) e nacional-territorial (correspondendo, por exemplo, a uma investigação sobre as políticas educacionais em um determinado Estado brasileiro).

Tal natureza de pesquisa está cada vez mais presente nas reuniões científicas locais e nacionais, o que revela a grande adesão a um modo de



fazer pesquisa, que tenta recuperar com maior riqueza de detalhes, o que os dois paradigmas anteriores não conseguiram alcançar com seus métodos e técnicas de investigação.

Os historiadores da educação que tomaram a política educacional como objeto para narrar a nossa história de escolarização, em especial nos dois últimos séculos, adotaram essa perspectiva metodológica à medida que delimitam um recorte temporal-espacial da sua investigação. As recomendações mais recentes dos orientadores de monografias, dissertações e teses produzidas nas universidades brasileiras são unânimes em afirmar que é praticamente impossível tratar da totalidade dos acontecimentos em duzentos anos de história da educação escolar no Brasil, sem cair na superficialidade das elaborações teóricas esvaziadas de significado dos sujeitos que a produziram, ou de dissolvê-los em generalizações inócuas.

Ao se privilegiar uma região política-administrativa e um período histórico para estudar, o pesquisador cria condições objetivas e subjetivas para produzir conhecimentos mais consistentes e inovadores quando ele tem a possibilidade de multiplicar o número de fontes com as quais cruza as informações coletadas em uma determinada época e espaço geográfico.

A operacionalização dos dados empíricos recolhidos durante o "trabalho de campo" torna-se mais complexa à medida que a diversidade e a multiplicidade dos documentos e sujeitos envolvidos no processo investigativo, exige maiores cuidados na interpretação e cruzamento das informações, com base em critérios coerentes com as orientações das metodologias de pesquisa<sup>2</sup>. Eis o desafio de construir uma leitura da política educacional e da história da educação atenta para o olhar local e nacional.

Este paradigma, portanto, rompe com o modelo de investigação que se preocupa somente com a realidade local, como é o caso da obra de Joaquim Moreira de Sousa (1961), intitulada *O sistema educacional cearense*, ou se detém apenas no panorama da educação nacional que, dentre as principais obras, podemos citar, como exemplo, o livro de Otaíza de Oliveira Romanelli (1984) *História da educação no Brasil (1930-1973)*.

Outra perspectiva de investigação no campo da política educacional que ganhou maior destaque na última década foi a que privilegia o olhar dos sujeitos sobre os programas educacionais. Esta perspectiva emergiu como uma tentativa de:



[...] deixar de lado a crença ingênua em políticas educacionais, para acompanhar, efetivamente, as práticas delas decorrentes, enquanto são operacionalizadas e sentidas, concretamente, por sujeitos reais, no interior de uma dinâmica complexa que envolve relações sociais muito mais amplas e diferentes daquilo que se supõe e idealiza para a realidade escolar (CLARICE NUNES apud CAVALCANTE, 2000, p. 38-39).

A partir do final da década de 1970, pesquisas financiadas pelo Banco Mundial “orientaram” atividades investigativas com vistas a uma maior aproximação do cotidiano escolar. Era, sobretudo, uma tentativa de averiguar a eficácia dos programas educativos implementados pelo poder público nas regiões brasileira mais pobres e que apresentavam um baixo nível de rendimento escolar. Neste período, destacou-se o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL), resultado de convênios firmados entre o MEC e o Banco Mundial (PEIXOTO, 1999).

Tendo como alvo principal identificar os entraves da educação elementar e a viabilidade de programas educativos que assegurassem às massas escolarização a baixo custo, a intencionalidade das pesquisas visava:

Integrar os objetivos dos projetos educacionais à política de desenvolvimento do Branco para a comunidade internacional e atribuir à educação um caráter compensatório como alívio à situação de pobreza do mundo, especialmente em períodos de ajustamento econômico (PEIXOTO, 1999, p.103).

As pesquisas desenvolvidas pelo Edurural, realizadas no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, se constituíram como paradigma inovador de análise e compreensão das práticas educativas, uma vez que, os próprios pesquisadores desenvolveram estudos sistemáticos, com uma metodologia que se aproximava das pesquisas do tipo etnográfica, primando por uma descrição densa do ambiente escolar (BARRETTO, 1983; DEMARTINI e TENCA, 1985). Este estilo abandonou, de certa forma, a tradição cunhada pelos princípios cronológico linear e político-administrativo ao privilegiar as ações educativas do ponto de vista dos sujeitos, em detrimento das prescrições da legislação e do planejamento educacional.

Na última década, o enfoque sobre os sujeitos ganhou ainda maior visibilidade nas pesquisas financiadas pelo Banco Mundial. No período de





1995 a 2000, Matos e Maia (2000) e Vieira (2000), contando com recursos financeiros deste Banco, desenvolveram estudos sobre a política educacional cearense em que procuravam conceber a “visão do usuário” sobre os programas educativos. Por um lado, o interesse desta instituição era obter informações acerca da eficiência das ações educativas por ela recomendada e financiada através de empréstimos financeiros ao governo Brasileiro. Desse modo, desenvolveram-se pesquisas a fim de se verificar até que ponto o dinheiro investido em tais programas correspondia ou não às exigências do mercado de trabalho (LAUGLO, 1997) e das pessoas beneficiadas com esses programas educacionais.<sup>1</sup> Por outro, os pesquisadores aproveitaram o ensejo da pesquisa para dar voz e visibilidade aos sujeitos pesquisados e, para além das intenções do Banco, construírem um banco de dados sobre o nosso sistema de ensino que favoreça à produção de novos conhecimentos no campo educacional.

## 2. Segunda parte

Atualmente, estamos experimentando algumas estratégias de pesquisa - com base em fontes jornalísticas, nos relatórios de instrução pública, na legislação educacional local e nacional e em entrevistas com professores da rede pública e particular de ensino, em meados do século XX (SOUSA, 2004) - de modo que se realize uma leitura dialética das fontes ao se articular a interdependência entre os planos global e local. Do mesmo modo, encaminhamos uma discussão a respeito da dualidade entre pesquisa qualitativa e quantitativa presente, ainda hoje, nos manuais “científicos.” Afinal, é possível combinar fontes, recortes e temporalidades múltiplas de pesquisa na (re)constituição da História da Educação e da Política Educacional?

A idéia de escolher jornais para a pesquisa é justificada, tanto pela possibilidade de confrontar idéias diferentes sobre um determinado assunto em pauta, como também por que o jornal condensa, em uma mesma fonte de pesquisa, informações locais e nacionais, uma vez que ele

[...] não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduzida em linguagem político-administrativa, típica de processos de edificação republicana como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de unidades



menores como bairros, distritos, becos e lugares mais ermos. Nesse sentido, o jornal é simultaneamente local e universal em suas pretensões de bem informar (CAVALCANTE, 2002, p. 2).

Tanto a legislação educacional do País, quanto os jornais, são importantes para a pesquisa porque condensam “conflitos e diálogos diferentes que refletem a processualidade das práticas discursivas” (SPINK, 1999, p. 146). Neste sentido, tomar a legislação como fonte e objeto de investigação significa percebê-la na sua dinamicidade como a

[...] possibilidade de interrelacionar no campo educativo várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessada pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 99).

O desafio de reunir numa pesquisa a análise de documentos da legislação nacional e local tendo como referência uma investigação específica e publicações de matérias em jornais regionais, relatórios governamentais e entrevistas com docentes, constitui uma forma de tentar romper com o dualismo entre universal e particular. Nestes termos, concordamos com Roger Chartier (1999, p. 11) quando afirma que a dialética entre história global e local “se dá entre o controle dos fragmentos históricos, vidas individuais, práticas particulares, eventos, por um lado, e, por outro, a trama das relações que definem uma sociedade.”

A dualidade nas análises das ações locais e universais, um “eterno” dilema teórico-metodológico das pesquisas sociais, também pode ser verificada na falsa oposição construída, especialmente no último século, entre as abordagens qualitativas e quantitativas na produção de conhecimentos nas universidades brasileiras. A influência das idéias positivistas sobre as pesquisas de um modo geral tem sido, quase sempre, identificada como a principal responsável pela supervalorização de uma base empírica quantitativa, em detrimento de uma perspectiva qualitativa de investigação. Forja-se, neste sentido, uma pseudo oposição entre as dimensões quantitativa e qualitativa, especialmente, quando as fontes qualitativas não são provenientes de dados oficiais, pois acredita-se, sempre ainda influenciados pelo referencial positivista de ciência, que a interpretação/opinião do pesquisador pode interferir nos resultados da pesquisa (HAGUETTE, 1992).

A superação da dualidade quantitativo/qualitativo implica numa postura de investigação com vistas a tomar diversas fontes de pesquisa para a produção de novos conhecimentos nas Ciências Sociais e, em particular, no campo educacional. Tal desafio exige a utilização conjunta de abordagens com referenciais teórico-metodológicos, que nem sempre, são passíveis de conciliação em um mesmo estudo.

No que diz respeito aos referenciais de investigação qualitativa e quantitativa, Bogdan e Biklen (1994, p. 63) argumentam que se pode, por exemplo, "utilizar a observação em profundidade para descobrir por que é que duas variáveis estão estatisticamente relacionadas." No entanto, investigadores inexperientes que tentam combinar dados empíricos de um plano experimental quantitativo com outro qualitativo, "ao invés de conseguirem um produto híbrido de características superiores acabam, normalmente, com algo que não preenche os requisitos de qualidade para nenhuma das abordagens."

As dificuldades, nomeadas há pouco, são muito mais inerentes à tradição de pesquisadores, que, historicamente, travam lutas e disputas por poder e reconhecimento social no seu campo de investigação, do que, propriamente, de ordem metodológica e/ou de operacionalização dos dados qualitativos e quantitativos. Os campos investigativos nas ciências humanas e exatas, ao longo do século XX, são o maior exemplo dessa disputa acadêmica. Frequentemente tais grupos trocam acusações. Os cientistas humanos se vangloriam ao afirmar: "Minha pesquisa é qualitativa!" Pesquisadores das exatas respondem dizendo: "O que vocês fazem não é pesquisa!"

Toda essa tensão tem gerado discussões e, ao mesmo tempo, possibilitado o repensar das práticas investigativas consolidadas pelas diferentes linhas e núcleos de estudos dos cursos de pós-graduação, não só no Brasil. Neste sentido, tem-se constatado uma aproximação maior, embora tímida, dos paradigmas qualitativos e quantitativos. A crítica à primazia da racionalidade instrumental moderna (HABERMAS, 1988), assim como a crise dos referenciais positivistas, especialmente na segunda metade do século passado, contribuem decisivamente para se pensar em posturas mais flexíveis desses grupos, com ações interinstitucionais envolvendo programas de pesquisa em diferentes cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.



O problema da inexperiência do pesquisador como empecilho para se desenvolver um estudo integrando dados qualitativos e quantitativos, colocado por Bogdan e Biklen (1994), não justifica, de fato, a renúncia a essa orientação teórico-metodológica. Para o pesquisador iniciante, seja qual for o referencial adotado, sempre haverá dificuldades em conduzir o seu estudo, porque o processo de investigação requer certas qualidades/habilidades que são construídas também na experiência.

## Considerações finais

O debate acerca dos paradigmas e/ou princípios orientadores de pesquisas sobre a História da Educação e a Política Educacional, como aqui apresentamos, refletem bem a diversidade das análises e, por sua vez, a disputa por reconhecimento social e científico dos pesquisadores.

Cada uma das vertentes teórico-metodológicas, nas quais os paradigmas se apoiam para construir "a sua verdade," a respeito das Políticas Públicas Educacionais e da História da Educação esbarram nos limites do seu alcance analítico. Do mesmo modo, os recortes espaciais e temporais, estabelecidos pelo pesquisador, com a colaboração do orientador no caso das monografias, dissertações e teses, também impõem certas dificuldades, quando não se leva em conta, às vezes, o conjunto dos fenômenos educativos imbricados na temática em pauta. Isto pode ser verificado, por exemplo, nas análises que enfocam apenas uma das dimensões do problema em estudo, cujo olhar do pesquisador tende a fazer uma "leitura viciada" que, em muitos casos, pode antecipar os resultados da investigação antes mesmo de se realizar o trabalho de campo.

O caso mais elucidativo, nesse sentido, pode ser exemplificado nas macro-análises em que se supõe que as determinações das grandes estruturas sociais são reproduzidas nas esferas mais simples da sociedade. Para efeito de ilustração, se aproxima deste enfoque o livro de Romanelli citado neste texto.

O paradigma que faz uma articulação entre o olhar local e nacional tende a superar, em parte, os limites investigativos das macro-análises, ao contrabalançar os resultados da pesquisa com leituras, ao mesmo tempo, particulares e universais sobre um determinado problema de pesquisa. Para tanto, é necessário combinar, na medida do possível, fontes de natureza



diferente que, no caso de uma pesquisa histórica, a multiplicidade de documentos permite confrontar as informações reunidas e garantir, de certa forma, uma margem de confiabilidade das fontes históricas.

No caso das pesquisas educacionais compreendendo períodos mais recentes da nossa história, tem-se privilegiado abordagens que dão voz e visibilidade aos sujeitos partícipes das políticas públicas educacionais, como, por exemplo, alunos, pais, coordenadores pedagógicos, professores e diretores escolares, os quais são constantemente solicitados a falarem de suas práticas educativas e das políticas educacionais em curso. Este tipo de pesquisa desenvolve, muitas vezes, análises superficiais dos temas pesquisados à medida que “os seus depoimentos falam por si só” ou, em outros casos, o pesquisador extrai das entrevistas apenas aquilo que interessa para a sua pesquisa, o que constitui um certo “falseamento” dos dados.

## Nota

<sup>1</sup> O professor André Haguette, da Universidade Federal do Ceará, ao discutir a formação do pesquisador em políticas públicas educacionais, acredita que seja importante a experiência na gestão administrativa governamental para que se tenha uma melhor compreensão dos problemas da educação pública (Notas de aulas da disciplina “Estado, Sociedade e Políticas Educacionais”, no período 2002.1).

139

## Referências

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Novas políticas educacionais para velhas escolas rurais: um estudo de caso no sertão do Piauí. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 46, p.23-49, ago. 1983.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto-Portugal: Porto Editora, 1994.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hipólito de Azevedo e Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: EUFC, 2000.

\_\_\_\_\_. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002 (CD-ROM).

CHARTIER, Roger. Entrevista com Roger Chartier. **Revista Pós-história**, Assis-SP, v. 7, p.11-30, 1999.



DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TENCA, Sueli Contrim; TENCA, Álvaro. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 52, p. 61-71, fev. 1985.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano. Mendes (Org). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la accion comunicativa**. Madrid: Editora Taurus, 1988.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LAUGLO, Jon. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 100, p.11-36, mar. 1997 (Tradução de Dagmar M. L. Zibas).

LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Tradução Marcos de Castro. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola e modernização da escola primária pública piauiense (1908 – 1930)**. 2001. 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

MIRANDA, Glaura Vasques de. Experiência de gestão na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, Dalila. Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.) **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. Descentralização da educação no Brasil: uma abordagem preliminar. In: OLIVEIRA, Dalila. Andrade; e DUARTE, Marisa R. T. (Org.) **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.



SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, João Celso. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SOUSA, Francisco das Chagas de Loiola. **A trajetória de uma profissão: da "casa da professora" à "escola urbanizada"**. 2002. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

\_\_\_\_\_. **As políticas educacionais de profissionalização do trabalho docente no estado do Ceará na encruzilhada entre o público e o privado (1946–1963)**. 2004. 52f. Projeto de Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SOUSA, Joaquim Moreira de. **Sistema educacional cearense**. Recife: MEC-INEP – Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1961.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

TENCA, Sueli Contrim; TENCA, Álvaro; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 52, fev. 1985.

VIEIRA, Sofia Lerche; MATOS, Kelma Socorro; MAIA, Maurício Holanda. **CEARÁ: qualidade, acesso e gestão na escola - uma visão dos usuários**. Brasília: Editora do Banco Mundial/Departamento de Desenvolvimento Humano, 2000.

---

Francisco das Chagas de  
Loiola Sousa  
Professor de História da Educação da Universidade Federal  
de Campina Grande (Campus Cajazeiras)  
E-Mail: [chicoloiola@hotmail.com.br](mailto:chicoloiola@hotmail.com.br)

---

Recebido 18 ago.2004  
Aceito 25 ago. 2004